



Ecophysis Ambiente

# AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DO MONTE RUIVO

## ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL



### RESUMO NÃO TÉCNICO

PROPONENTE:

**fontembro**  
A crescer consigo

JUNHO 2026

# AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DO MONTE RUIVO

## ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

### APRESENTAÇÃO

---

A Ecophysys Ambiente apresenta o Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação da Exploração Pecuária do Monte Ruivo, pertencente à Fontembro – Sociedade Agrícola e Imobiliária, S.A., localizada na freguesia do Vimieiro, concelho de Arraiolos, distrito de Évora.

Junho de 2026

Coordenação do EIA

---

Maria Helena Nascimento  
(Eng.<sup>a</sup> Ambiente)



DOCUMENTO PREPARADO POR PERITOS COMPETENTES EM AIA:  
CONSULTOR COORDENADOR NÍVEL 2  
CONSULTOR ESPECIALISTA NÍVEL 2 (TERRITÓRIO, ÁGUA, RUÍDO E VIBRAÇÕES)  
CONSULTOR ESPECIALISTA NÍVEL 1 (SOLO)

## ÍNDICE DE VOLUMES

---

### Resumo Não Técnico

Volume 1 – Relatório Síntese

Volume 2 – Anexos Técnicos

Volume 3 – Peças Desenhadas

## ÍNDICE DE TEXTO

---

|       |                                                               |    |
|-------|---------------------------------------------------------------|----|
| 1     | INTRODUÇÃO .....                                              | 5  |
| 2     | IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DA ENTIDADE LICENCIADORA.....   | 7  |
| 3     | ANTERIORES PROCEDIMENTOS DE AIA .....                         | 8  |
| 4     | OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO .....                     | 8  |
| 5     | DESCRIÇÃO DO PROJETO .....                                    | 8  |
| 5.1   | Localização Regional e Administrativa .....                   | 8  |
| 5.2   | Implantação .....                                             | 9  |
| 5.3   | Processo produtivo .....                                      | 10 |
| 5.3.1 | Situação Atual.....                                           | 10 |
| 5.3.2 | Situação Futura – após ampliação .....                        | 11 |
| 5.4   | Equipamento.....                                              | 12 |
| 6     | COMPONENTES AMBIENTAIS ANALISADAS .....                       | 12 |
| 7     | EVOLUÇÃO DO ESTADO ATUAL SEM A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO ..... | 15 |
| 8     | PRINCIPAIS IMPACTES NEGATIVOS .....                           | 15 |
| 9     | MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO.....                                   | 17 |
| 10    | PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....          | 21 |
| 11    | CONCLUSÕES .....                                              | 21 |

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

|                                                                                                                                                      |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto.....                                                                                   | 5  |
| Figura 2 – Localização do Projeto, face à RFCN (AP – Áreas Protegidas, ZEC - Zonas Especiais de Conservação; ZPE – Zonas de Proteção Especial) ..... | 7  |
| Figura 1 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto.....                                                                                   | 9  |
| Figura 4 – Implantação sobre a fotografia aérea .....                                                                                                | 10 |
| Figura 3 – Processo produtivo .....                                                                                                                  | 12 |

## ÍNDICE DE QUADROS

|                                                    |                                     |
|----------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Quadro 1 – Medidas de Minimização de Impactes..... | <b>Erro! Marcador não definido.</b> |
|----------------------------------------------------|-------------------------------------|

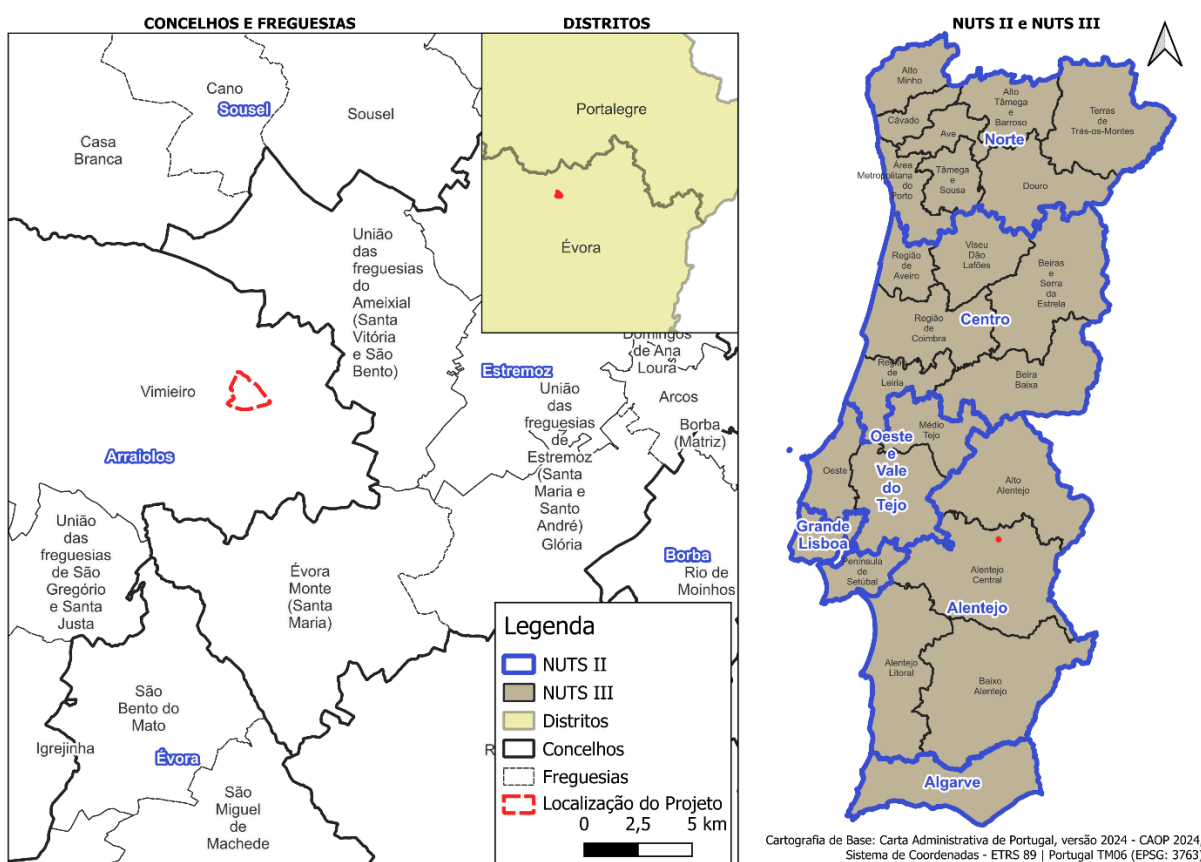
## 1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação da **Exploração Pecuária – Monte Ruivo**, na fase de Projeto de Execução, sintetizando de forma acessível, para público não especialista, a informação técnica apresentada no Estudo.

A instalação, objeto do presente estudo, encontra-se em exploração, pretendendo-se ampliar a capacidade instalada, através da construção de mais 4 pavilhões.

A Exploração Pecuária do Monte Ruivo encontra-se em pleno funcionamento e dedica-se ao sistema de exploração intensivo de recria e engorda de suínos, apresentando atualmente uma capacidade instalada para 4592 lugares de recria e 1632 lugares de engorda, distribuídos por 3 pavilhões. O proponente pretende ampliar a capacidade instalada para 10304 lugares de engorda, mantendo os 4592 lugares de recria.

Do ponto de vista administrativo, o Projeto desenvolve-se na freguesia de Vimieiro, pertencente ao concelho de Arraiolos e distrito de Évora (Figura 1). A Pecuária em causa localiza-se num terreno cuja área total é de 20,74 ha, sendo que a unidade ocupa atualmente uma área total de 8,3 ha.



**Figura 1 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto**

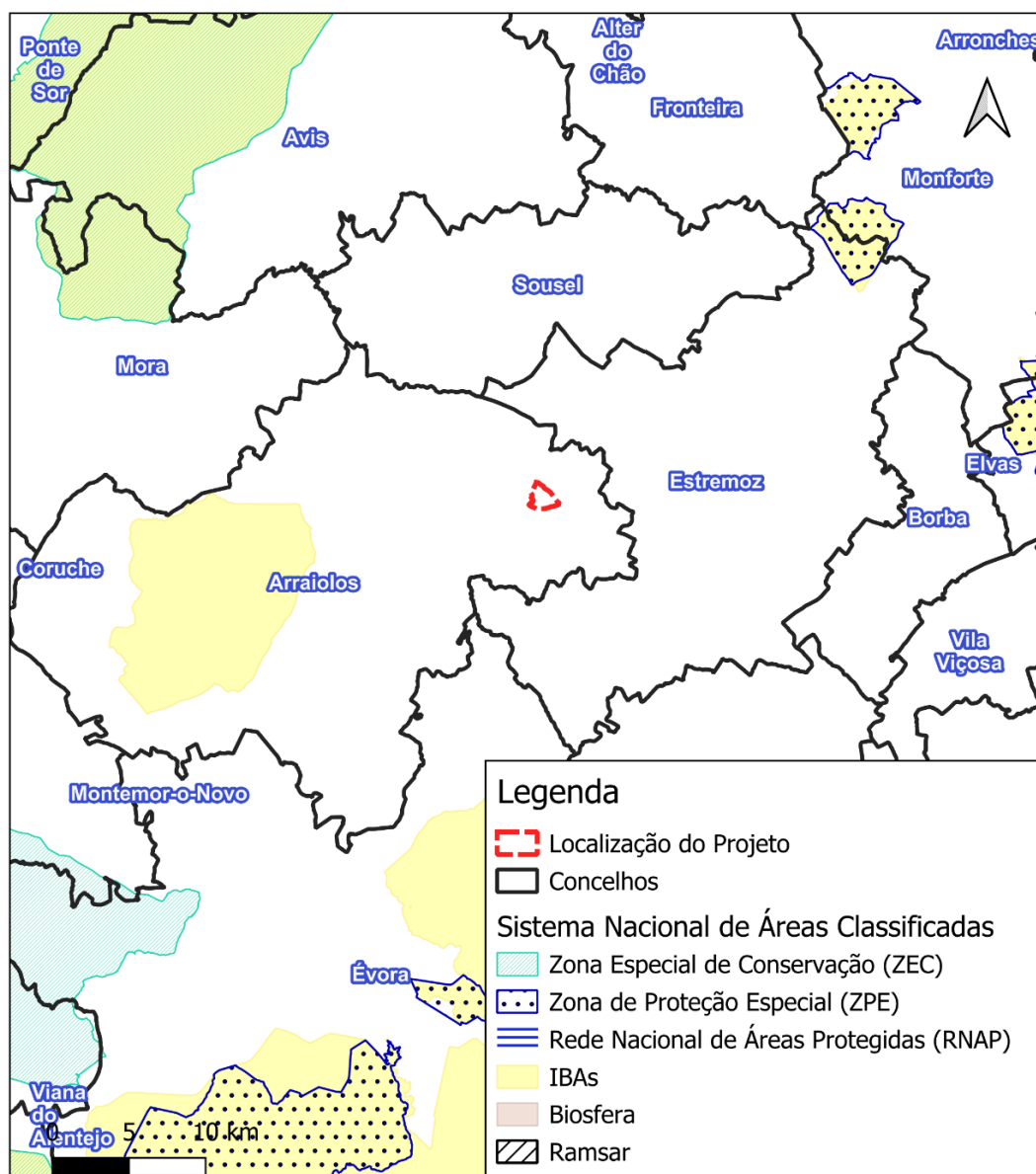
A Exploração Pecuária Monte Ruivo localiza-se concretamente na Herdade do Monte Ruivo, cujo acesso principal é assegurado pela EN4. Na envolvente da zona de estudo, a povoação mais próxima corresponde ao Vimieiro, localizado a cerca de 700m, a Oeste da Exploração.

O acesso ao local é efetuado pelo Vimieiro, onde a partir da EN4 se acede à exploração suinícola por um caminho privado com piso em terra batida.

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) foi desenvolvido com o objetivo de responder aos requisitos estabelecidos no Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), determinado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, o qual procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais.

A ampliação da exploração tem enquadramento no RJAIA, por se tratar de um projeto integrado n.º 23 — *Instalações para criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos, com espaço para mais de: c) – 3 000 porcos de produção (+30 kg)*, do Anexo I do referido diploma legal.

No que concerne ao enquadramento da área em estudo, verifica-se que o Projeto em estudo não se encontra localizado em nenhuma área pertencente ao Sistema Nacional de Áreas Classificadas – SNAC. Dos sítios da Rede Natura, as zonas classificadas mais próximas, correspondem à Zona de Proteção Especial (ZPE) Veiros (PTZPE0052), a 24,2 km e à Zona Especial de Conservação (ZEC) Cabeção (PTCON0029), a 26,5 km.



**Figura 2 – Localização do Projeto, face à RFCN (AP – Áreas Protegidas, ZEC - Zonas Especiais de Conservação; ZPE – Zonas de Proteção Especial)**

No que se refere a monumentos nacionais e imóveis de interesse público definidas no Decreto-Lei n.º 107/01, de 8 de setembro, não foram identificadas quaisquer edificações classificadas, na envolvente da zona em estudo.

## 2 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DA ENTIDADE LICENCIADORA

A Fontembro – Sociedade Agrícola e Imobiliária, S.A. é o proponente do projeto da Ampliação da Exploração Pecuária, sendo a entidade licenciadora e Autoridade de AIA, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA).

### **3 ANTERIORES PROCEDIMENTOS DE AIA**

---

A exploração do Monte Ruivo não foi sujeita anteriormente, a qualquer procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, atendendo a que a capacidade instalada encontra-se abaixo dos limiares definidos no RJAIA.

Relativamente a Planos Municipais de Ordenamento do Território, refere-se que a instalação em estudo se insere na área de incidência do Plano Diretor Municipal de Arraiolos (PDMA). Na área de intervenção não se identificam outros instrumentos de gestão territorial, com incidência direta sobre particulares.

No âmbito do presente procedimento de AIA, não houve lugar a Proposta de Definição de Âmbito.

### **4 OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO**

---

O objectivo deste projecto é o exercício da actividade de exploração suinícola – criação intensiva de suínos (recria e engorda) em regime intensivo. A unidade suinícola possui uma capacidade instalada de 4592 lugares de recria e 1632 lugares de engorda de suínos (474,4 CN), pretendendo-se ampliar para 10304 lugares de engorda, mantendo-se os 4592 lugares de recria (1775,2 CN).

Tratando-se de uma unidade já em funcionamento, o projeto de ampliação justifica-se pelas próprias condições de mercado, assentes em variáveis de procura e consumo de carne de porco.

Se considerada apenas a dimensão relativa ao mercado internacional, verifica-se que a produção mundial de suínos tem vindo a aumentar de forma consolidada desde o ano 2000, sobretudo como resultado da crescente necessidade de produção de carne para alimentar, não apenas uma população crescente, mas igualmente uma população cujos padrões de consumo tem vindo a crescer.

### **5 DESCRIÇÃO DO PROJETO**

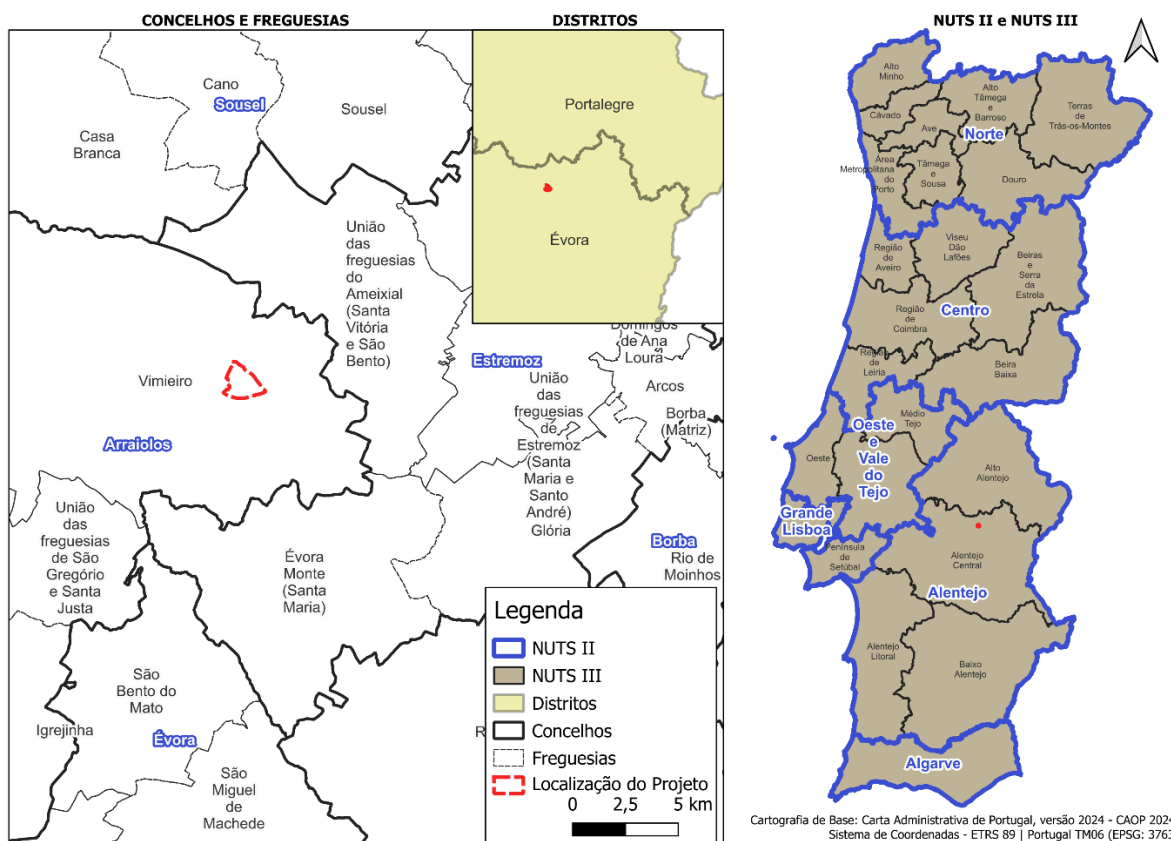
---

#### **5.1 Localização Regional e Administrativa**

Do ponto de vista administrativo, o Projeto desenvolve-se na freguesia de Vimieiro, pertencente ao concelho de Arraiolos e distrito de Évora.

Com base na classificação NUT (Nomenclatura das Unidades Territoriais) para fins estatísticos, a área de estudo está inserida na NUT III – Alentejo Central, pertencente à NUT II – Alentejo.

Na Figura 3 apresenta-se o enquadramento regional e administrativo do Projeto, sendo apresentado no Desenho EIA-MR-02, a sua localização sobre a carta militar e no Desenho EIA-MR-03 a implantação do Projeto sobre a fotografia aérea.



**Figura 3 – Enquadramento Regional e Administrativo do Projeto**

## 5.2 Implantação

Conforme referido anteriormente, a Exploração Pecuária da Herdade de Monte Ruivo é uma unidade de engorda de suínos. Encontrando-se em pleno funcionamento, a exploração é atualmente composta por 3 pavilhões, um de recria (Pavilhão n.º 3) e dois de engorda (Pavilhões n.º 1 e n.º 2), a enfermaria, os balneários/vestiários para os trabalhadores, uma nitreira com a respetiva fossa, 2 lagoas em funcionamento e um necrotério, apresentando atualmente uma capacidade instalada total para 4592 lugares de recria e 1632 lugares de engorda de suínos (474,4 CN).

O proponente pretende alojar animais até à saída para o matadouro, ampliando o número de pavilhões para 7, para exploração pecuária, sendo que a exploração dos 4 novos pavilhões, se irá destinar à unidade de engorda e acabamento de suínos.

Após a referida ampliação, a exploração manterá a capacidade instalada para recria e acabamento em regime intensivo, de 4592 leitões até aos 25 kg (229,6 CN) e passará a ter uma capacidade para 8411 porcos dos 25 aos 110 kg (1261,65 CN), o que corresponde a um total de 1491,25 CN.

A figura seguinte apresenta o projeto da futura ampliação da suinicultura.



**Figura 4 – Implantação sobre a fotografia aérea**

### 5.3 Processo produtivo

#### 5.3.1 Situação Atual

Atualmente o objetivo da produção anual é de cerca de 4585 suínos por ano para posteriormente serem vendidos para abate controlado.

O processo produtivo consiste nas seguintes fases:

- Recria: A unidade de recria e acabamento de suínos é composta por 1 pavilhão de forma retangular com 1356,59 m<sup>2</sup>.
- Engorda: A unidade de engorda é composta por 2 pavilhões, com uma área total de 2461,56 m<sup>2</sup>. Os edifícios têm dimensões iguais, sendo divididos em duas salas cada um, albergando cada uma 24 parques com 17,7 m<sup>2</sup>/parque, perfazendo um total de 4 salas e 96 parques. Os animais entram no setor “engorda” com um peso aproximado de 20 kg e 70 dias de vida e aí permanecem nos

mesmos parques até atingirem um peso vivo de 115 kg e 185 dias de vida, para posteriormente serem vendidos para abate controlado.

- **Enfermária:** A enfermária é constituída por 8 parques com 7,37 m<sup>2</sup>/parque, com uma área total de 77,85 m<sup>2</sup>. Aloja animais doentes até à sua recuperação ou envio para matadouro.
- **Acessos:** Asseguram que os veículos de abastecimento da exploração e de carga / descarga, assim como de retirada de efluentes, sem que haja acesso à zona limpa da exploração.
- **Necrotério:** para depósito de animais mortos na exploração e que aguardam a recolha ou a sua destruição, segundo normativos emitidos pela Direção Geral de Veterinária.
- **Rodilúvio:** Existe à entrada da exploração o que permite a desinfecção de todas as viaturas que circulam na exploração.
- **Filtro Sanitário:** Apresenta um sistema de esgotos independentes e são encaminhados diretamente para o sistema de gestão de efluentes, localizado fora da barreira sanitária. O filtro sanitário encontra-se equipado com duche e desinfecção, funcional e localizado na barreira sanitária.

### 5.3.2 Situação Futura – após ampliação

A ampliação consistirá na ocupação de 4 novos pavilhões destinados ao alojamento de animais até à saída do matadouro, integrando o processo de engorda acima descrito, totalizando assim 7 pavilhões (1 de recria e 6 de engorda).

À semelhança dos atuais edifícios de engorda, os novos edifícios serão divididos em duas salas cada um, albergando cada uma 24 parques com 17,7 m<sup>2</sup>/parque.

Em suma, o processo produtivo poderá resumir-se no seguinte diagrama:

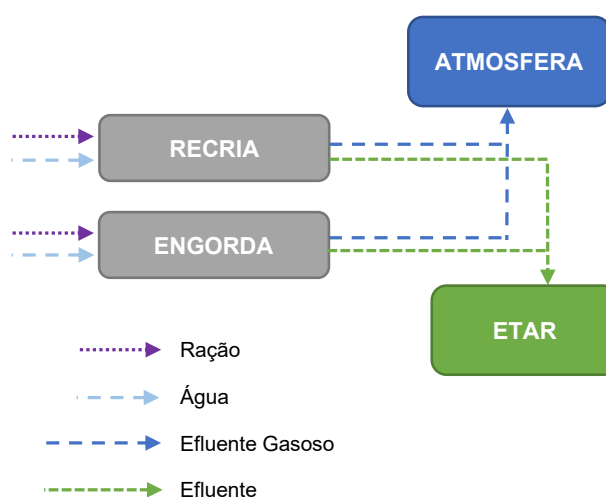


Figura 5 – Processo produtivo

## 5.4 Equipamento

A nível de equipamentos presentes nos pavilhões, estes são dotados de sistemas de alimentação e abeberamento automáticos. Possuem sistemas de ventilação por meio de um sistema automático de abertura e fecho de janelas para controlo de temperatura, humidade e concentrações de gases. Caso haja falha de eletricidade, o sistema de controlo possui uma bateria “anti-asfixia” que assegura o normal funcionamento.

Existem ainda equipamentos de lavagem de alta pressão e os equipamentos associados ao sistema de tratamento de efluentes pecuários.

## 6 COMPONENTES AMBIENTAIS ANALISADAS

---

Foram analisadas as seguintes componentes ambientais: Clima, incluindo alterações climáticas, Geologia e Geomorfologia, Solos, Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos, Resíduos, Fauna, Flora e Vegetação, Paisagem, Ambiente Sonoro, Qualidade do Ar, Resíduos, Saúde Humana, Ordenamento do Território, Património Cultural e Socio-Economia.

No que se refere **ao clima**, a região do Monte Ruivo, em Arraiolos (Alentejo), tem um clima mediterrânico com verões quentes e secos e invernos moderadamente frios e húmidos. A temperatura média anual é de cerca de 15,9°C, podendo ultrapassar os 30°C no verão. A chuva é mais frequente entre outubro e abril, sendo dezembro o mês mais chuvoso. Durante os meses quentes (maio a setembro), há muito sol e pouca precipitação, com evaporação bastante elevada. O vento tem intensidade moderada durante boa parte do ano, e a humidade do ar varia, sendo mais alta no inverno. A insolação (horas de sol) é elevada, com mais de 2700 horas por ano.

O aspeto mais relevante consiste na influência que as **Alterações Climáticas** terão no projeto, nomeadamente:

- Aumento das temperaturas
- Redução da precipitação
- Ocorrência mais frequente de secas e ondas de calor
- Maior risco de incêndios

Foi elaborado um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (PIAAC-AC), com medidas para proteger as populações, o ambiente e a economia local.

A **qualidade do ar** na zona do projeto é boa, com baixos níveis de poluição, uma vez que se trata de uma zona rural. A estação de monitorização mais próxima fica em Terena (Alandroal), e os dados recolhidos mostram que os níveis de partículas e gases poluentes estão abaixo dos limites legais. As principais fontes

de emissão na área estão relacionadas com a atividade agrícola, mas não representam risco significativo para a saúde humana nem para o ambiente.

Em termos de **Geologia**, e tendo como base a Carta Geológica de Portugal a zona em estudo insere-se na Zona da Ossa Morena, que por sua vez integra o Maciço Ibérico ou Hespérico. Trata-se da zona com maior expressão geográfica em Portugal Continental e integra as formações geológicas mais antigas. Especificamente no que refere à área em estudo, esta insere-se em zona de planalto, com variações de elevação muito suaves a cotas entre os 230 e 240, com alguns pontos mais altos a cota de 253 m, contrastando com as altimetrias do anticlinal de Estremoz que atingem cotas de mais de 500m. A zona em estudo é contornada no lado este pela Ribeira de Tera e a Oeste por outra linha de água mais pequena.

A área de intervenção apresenta **solos** com baixa aptidão agrícola, nomeadamente classe D, com limitações severas. No terreno afeto à exploração predominam os solos argiluvitados pouco insaturados, sendo que na área de intervenção ocorre apenas este tipo de solo.

O Projeto insere-se numa área exclusivamente rural, afastada de núcleos populacionais. Trata-se de um território onde dominam as superfícies agroflorestais de azinheira (67,40% da área de estudo), seguindo-se por culturas temporárias de sequeiro e regadio (19,03%) estando os olivais (5,47%) e as pastagens melhoradas (5,27%) com uma ocupação semelhante relativamente ao terreno.

Quanto aos **recursos hídricos** a exploração está inserida na bacia da Ribeira de Tera, cujo estado global se classifica como “inferior a bom”, e assenta sobre a massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado do Tejo, classificado como “medíocre”. Existem na área do terreno da exploração duas captações de água superficial associadas a albufeiras privadas, com volumes licenciados para atividade pecuária, rega e combate a incêndios, bem como uma captação subterrânea ativa com profundidade de 65 m, utilizada para consumo humano e para o funcionamento da exploração.

Atualmente, a exploração possui um sistema **de gestão de resíduos** implementado, com encaminhamento por operadores licenciados e separação de fluxos como misturas de embalagens, agulhas e resíduos urbanos. A recolha e tratamento dos resíduos urbanos no concelho de Arraiolos é assegurada pela GESAMB, entidade intermunicipal com infraestruturas de valorização e triagem.

No que se refere ao **ambiente sonoro**, a envolvente apresenta um carácter agroflorestal, com solos agrícolas e montado, sem recetores sensíveis na envolvente próxima. Os recetores sensíveis mais próximos localizam-se muito para lá da área de potencial influência acústica do projeto, a mais de 550 m a norte e correspondem às habitações unifamiliares da própria Herdade do Monte Ruivo. A mais de 2600 m, identificam-se algumas habitações unifamiliares dispersas, integradas em explorações agropecuárias. A povoação mais próxima é Vimeiro e localiza-se a mais de 7,4 km. A referir a existência de algumas explorações agropecuárias semelhantes na envolvente, cuja emissão sonora é pouco residual.

Ao nível dos **sistemas ecológicos**, a área em estudo não se insere em locais integrados na Rede Nacional de Áreas Protegidas, nem na Rede Natura 2000 (Zonas Especiais de Conservação e Zonas de Proteção

Especial), nem nas restantes áreas que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC). Dos trabalhos de campo realizados pode considerar-se que a área da propriedade apresenta pouco relevo no contexto nacional para a conservação da flora e da vegetação.

No que respeita ao descritor **Socioeconomia**, o Projeto da Exploração Pecuária – Monte Ruivo localiza-se na freguesia de Vimieiro, com 252,56 km<sup>2</sup> de área e 1 335 habitantes (Censos 2021). A sua densidade populacional é de apenas 5,3 hab/km<sup>2</sup>. A nível concelhio, Arraiolos diminuiu a sua população residente em 10,10%, correspondendo a 6 619 habitantes em 2021. Percebe-se então que a freguesia de Vimieiro representa 20,17% da população do concelho. Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. O concelho de Arraiolos segue a mesma tendência da terciarização da atividade económica da região, bem como a freguesia de Vimieiro onde 64,12% da população trabalha neste setor. É de notar, no entanto, que ao contrário do que acontece nas outras unidades territoriais em análise, o setor secundário emprega apenas 17,45% da população, enquanto o setor primário emprega cerca de 18,43%. A taxa de atividade em Vimieiro (40,75%) foi a mais baixa dentro de todas as unidades territoriais em análise.

Ao nível do **Ordenamento do Território e Condicionantes Legais**, tendo como base a Planta de Ordenamento do PDM em vigor, a área de estudo do projeto localiza-se sobre rolos rústicos classificados como “Espaços Agrícolas”, “Espaços Agro-Silvo-Pastoris” e “Espaços Naturais – Áreas de Conservação da Natureza”. A área do Projeto ainda incluiu áreas de “Espaços Naturais – Área a Estudar Para Definição de Área Protegida de Interesse Local” e várias vias municipais e uma via da rede complementar. Verifica-se que não são abrangidas categorias de espaço pertencentes ao solo urbano. Considerando a Planta de Condicionantes, a área em estudo apresenta como servidões e restrições de utilidade pública: área classificada da RAN e da REN, Rede Elétrica, Domínio Público Hídrico. No entanto, o projeto não interceta qualquer destas servidões.

Relativamente ao **Património Cultural**, os trabalhos realizados (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica) não revelaram a existência de ocorrências patrimoniais na área de projeto, quer de natureza arqueológica, quer arquitetónica ou etnográfica.

Ao nível do descritor **Paisagem**, a área em estudo insere-se no Grupo de Unidades de Paisagem R – “Alentejo Central”, onde a área de estudo se enquadra na Unidade de Paisagem (UP) 100 – “Maciço Calcário Estremoz – Borba – Vila Viçosa” e na UP 101 – “Serra de Ossa”. O *Grupo de Unidades de Paisagem R – Alentejo Central* caracteriza-se por apresentar planícies extensas, onde surgem alguns acidentes que aqui sobressaem devido ao contraste com a horizontalidade dominante, sendo este o caso de Serra de Ossa. Os vales distinguem-se pelas galerias ripícolas que acompanham as linhas de água.

## 7 EVOLUÇÃO DO ESTADO ATUAL SEM A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

---

Neste capítulo, apresenta-se uma previsão da evolução da situação de referência para a área de estudo na ausência da implementação do projeto. É, pois, neste contexto que se apresentam seguidamente algumas considerações relativas à evolução da situação atual da área em estudo relativamente às várias vertentes do meio, considerando a sua evolução caso o projeto não se efetivasse. Esta análise baseia-se, assim, no conhecimento adquirido sobre a área de estudo e nas orientações e perspetivas de planeamento dos planos de desenvolvimento previstos para esta zona.

No caso de não concretização da Ampliação da Exploração Pecuária não se preveem alterações significativas à situação atualmente existente ao nível alguns dos descritores ambientais avaliados, designadamente clima, geologia e ocupação do solo.

## 8 PRINCIPAIS IMPACTES NEGATIVOS

---

Os principais impactes ambientais decorrentes da ampliação da suinicultura de Monte Ruivo, resumem-se no seguinte:

- De um modo geral, considera-se que a instalação em estudo, não é suscetível de causar impactes significativos no microclima da região nem em matéria de alterações climáticas.
- Ao nível dos **solos**, o principal impacto relaciona-se com a impermeabilização do solo devido à construção dos novos pavilhões, reduzindo a infiltração e aumentando o escoamento superficial e consequentemente os processos erosivos do solo. Adicionalmente, considera-se o risco de contaminação do solo pelos efluentes gerados na exploração, caso ocorra uma falha no sistema de drenagem e/ou armazenamento de efluentes. Ainda assim, atendendo ao facto da instalação dispor de infraestruturas adequadas para a gestão destes efluentes, consideram-se os impactes sobre o solo, negativos mas pouco significativos, e reversíveis.
- Quanto aos **recursos hídricos**, os impactes estão sobretudo relacionados com o consumo de água e com a produção de efluentes industriais. No que se refere ao consumo de água na instalação, este está sobretudo associado ao processo produtivo, designadamente destinada ao abeberamento animal, e instalações sanitárias. Salienta-se a probabilidade, embora muito reduzida, de ocorrência de situações acidentais de derrame de águas residuais quer devido a esgotamento das fossas ou do sistema de retenção de chorume, quer devido à ocorrência de situações irregulares na operação de trasfega dos efluentes para o seu destino final;
- Quanto à gestão **de Resíduos**, com a ampliação da exploração, prevê-se um aumento da produção de resíduos perigosos e subprodutos animais, como carcaças (de 13 para 32 ton/ano) e embalagens contaminadas, além de resíduos sólidos urbanos e agulhas. O impacto mais relevante está associado ao armazenamento e transporte de chorumes e subprodutos animais, que, em caso de falha, podem representar risco de contaminação das captações existentes, tanto superficiais como subterrâneas. No entanto, os sistemas de gestão implementados (necrotório

refrigerado, bacias de retenção, separação de resíduos, operadores certificados) são considerados adequados, pelo que os impactes são negativos mas pouco significativos, e mitigáveis com o cumprimento das boas práticas legais e operacionais.

- Relativamente ao **ambiente sonoro**, a zona caracteriza-se por níveis reduzidos de ruído, sendo o impacte relacionado com o tráfego associado, para transporte de matérias-primas e animais vivos para a instalação e transporte de distribuição de produto final da instalação para vários pontos do país. Pela análise desenvolvida pode concluir-se que o impacte sobre o ruído resultante do funcionamento da exploração é praticamente nulo, isto é, o facto da exploração existir no local e estar em exploração, não agrava os níveis de ruído no local.
- Quanto à **qualidade do ar**, e no que diz respeito às emissões difusas, refere-se uma possível libertação de odores, associada às lagoas de tratamento, embora estes não sejam significativos, sendo muito localizados na zona do sistema de tratamento biológico e na zona de armazenamento das lamas.
- Quanto à **componente social**, em termos de efeitos negativos para a qualidade de vida das populações, há a referir, na generalidade, que o tráfego de veículos pesados para transporte de matérias-primas, produtos, subprodutos e resíduos, poderá estar na origem de alguma incomodidade, tanto ao nível do aumento dos níveis de ruído, como em relação ao aumento de poluentes atmosféricos. Ao nível dos fatores económicos, considera-se que a Exploração do Pecuária tem efeitos positivos ao nível da economia local e regional, uma vez que integra uma empresa de elevado interesse para a região constituindo, no seu todo, uma importante garantia de emprego da mão-de-obra local e desenvolvimento regional. Considera-se este facto como um impacte positivo significativo permanente sob o ponto de vista socioeconómico;
- Ao nível do **planeamento e ordenamento do território**, as edificações construídas em exploração, as recentemente construídas sem exploração e os pavilhões a construir da Exploração de Monte Ruivo, cumprem o disposto no regulamento do PDM de Arraiolos. Relativamente ao projeto de ampliação, objeto da presente Avaliação de Impacte Ambiental, este será submetido junto dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Arraiolos, para emissão de licença de construção. Face ao acima exposto, considera-se que o Projeto de ampliação da suinicultura, encontra-se em conformidade com os instrumentos municipais de gestão territorial, no que se refere ao regime de qualificação do solo, nomeadamente usos e índices de edificabilidade.
- Quanto às **áreas legalmente condicionadas e de outras servidões e restrições públicas**, verificou-se que as instalações da Exploração Pecuária não possuem interferência direta com as áreas identificadas na área de estudo,

Vários descritores não apresentaram impactes negativos de magnitude suficiente para justificar medidas próprias, ou apresentando impactes que não são passíveis de serem minimizados.

## **9 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO**

---

No sentido de melhorar o desempenho ambiental do projeto e reduzir os poucos impactes negativos identificados, o EIA sugere um conjunto de medidas, que deverão ser aplicadas na fase de exploração. As medidas propostas apresentam-se na tabela seguinte.

| Fase de Construção                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Fatores Ambientais                                                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| 1. Proceder à obtenção das devidas licenças de construção para edificação dos Pavilhões 6 e 7, previamente à construção do projeto. Após a emissão da DIA e previamente à utilização dos pavilhões, deverão ser obtidas as devidas licenças de utilização dos pavilhões 4, 5, 6 e 7.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Ordenamento do Território                                         |
| 2. Delimitação dos corredores de movimentação de máquinas e outros equipamentos nos acessos ao local da obra, de modo a evitar o aumento da área de compactação dos solos e a sua consequente impermeabilização.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Solos, Uso do Solo, Recursos Hídricos                             |
| 3. Instalação de estaleiros, oficinas ou outras estruturas de suporte à fase de construção do projeto em estudo, em áreas impermeabilizadas e/ou em áreas a jusante, no sentido do escoamento subterrâneo, das captações de água subterrânea privada licenciada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Solos, Uso do Solo, Recursos Hídricos                             |
| 4. Deverá ser implementado um Plano de Gestão de Terras Vegetais que preveja a decapagem da camada superficial de terra vegetal existente nas áreas de construção dos pavilhões 6 e 7, previamente às operações de escavação e movimentação de terras.<br>A terra vegetal removida deverá ser separada dos restantes materiais escavados e ser armazenada temporariamente em pargas de reduzida altura (preferencialmente inferior a 2 m), evitando a sua compactação.<br>Após a conclusão da obra, a terra vegetal deverá ser reutilizada na modelação final do terreno e na recuperação paisagística das áreas não impermeabilizadas, promovendo o restabelecimento das funções ecológicas e favorecendo a revegetação. | Solos e Capacidade de Uso                                         |
| 5. Na fase de construção, será privilegiada a utilização de materiais duráveis e de elevada vida útil, reduzindo as necessidades futuras de substituição e manutenção.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Economia circular                                                 |
| 6. As operações a realizar nos estaleiros de obra que envolvam a manutenção e lavagem de toda a maquinaria, bem como o manuseamento de óleos, lubrificantes ou outras substâncias poluentes, passíveis de contaminar as águas subterrâneas, deverão ser realizadas em locais apropriados e devidamente impermeabilizados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Solos, Recursos Hídricos                                          |
| 7. Armazenar, em caso de derrames de substâncias poluentes ou quando se verifique a existência de materiais com vestígios de contaminação, os mesmos em locais que evitem a contaminação de solos e águas subterrâneas, por infiltração ou escoamento, até serem encaminhados para destino final adequado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Solos, Recursos Hídricos                                          |
| 8. Sinalização das azinheiras existentes na envolvente próxima da área de implantação dos pavilhões 6 e 7, por forma a evitar a interferência com estes exemplares, durante a atividade construtiva.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Ecologia                                                          |
| 9. Proceder à decapagem da terra viva e ao seu armazenamento em local adequado nas áreas a impermeabilizar, previamente aos trabalhos de construção dos novos pavilhões.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Solos                                                             |
| 10. Os trabalhos de construção e transporte de materiais deverão decorrer apenas no período diurno, das 8:00h às 20:00h, nos dias úteis.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Ambiente Sonoro, Socioeconomia                                    |
| 11. Humedecimento da envolvente das zonas de intervenção (sobretudo das zonas a descoberto) para redução das emissões de poeiras.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Qualidade do Ar                                                   |
| 12. Definição de uma área de trabalho o mais limitada possível com interdição de ocupação de áreas não impermeabilizadas, a fim de evitar danos nos terrenos circundantes à zona de intervenção.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Solos e Capacidade de Uso do Solo, Uso do Solo, Recursos Hídricos |

|                                                                                                                                                                  |                           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| 13. Realização de acompanhamento arqueológico no decorrer dos trabalhos de escavação no solo como medida preventiva com a topografia original conservada.        | Património Cultural       |
| 14. Obtenção da licença de obras camarária antes do início da construção dos pavilhões 6 e 7.                                                                    | Ordenamento do Território |
| 15. Planeamento otimizado das operações de obra, minimizando deslocações e tempos de funcionamento em vazio de equipamentos;                                     | Alterações Climáticas     |
| 16. Utilização preferencial de equipamentos e maquinaria com maior eficiência energética e menores fatores de emissão;                                           | Alterações Climáticas     |
| 17. Realização de manutenção preventiva regular da maquinaria, promovendo condições adequadas de combustão e redução de consumos;                                | Alterações Climáticas     |
| 18. Privilegiar, sempre que tecnicamente viável, o recurso a equipamentos elétricos ou híbridos;                                                                 | Alterações Climáticas     |
| 19. Otimização logística do transporte de materiais e resíduos, reduzindo distâncias percorridas e número de viagens;                                            | Alterações Climáticas     |
| 20. Adoção de soluções construtivas e materiais com menor pegada carbónica;                                                                                      | Alterações Climáticas     |
| 21. Promoção de boas práticas ambientais junto dos empreiteiros e trabalhadores da obra, incluindo ações de sensibilização para redução de consumos energéticos. | Alterações Climáticas     |

| Fase de Exploração                                                                                                                                                                                                                                                 | Fatores Ambientais                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1. Continuar a manutenção e inspeção periódica de todas as estruturas ligadas à recolha / drenagem de águas, de modo a evitar colmatações e obstruções das mesmas e assegurar o bom funcionamento.                                                                 | Recursos Hídricos                                         |
| 2. Deve assegurar-se que todo o chorume e estrume produzido nas instalações, sejam encaminhados para o sistema de armazenamento existente, constituído pelo tanque de receção, nitreira e lagoas.                                                                  | Recursos Hídricos                                         |
| 3. Garantir as boas condições físicas das estruturas de armazenamento dos efluentes pecuários, no sentido de garantir o correto armazenamento destas águas residuais e evitar a existência de roturas e/ou descargas destes efluentes para o solo ou meio hídrico. | Recursos Hídricos                                         |
| 4. Realização de obras de melhoramento da nitreira atual, de forma a possuir uma cobertura fixa em toda a sua extensão.                                                                                                                                            | Recursos Hídricos e Resíduos                              |
| 5. Adotar boas práticas de deteção e reparação de fugas, aumentando a eficiência no consumo de água.                                                                                                                                                               | Recursos Hídricos                                         |
| 6. Assegurar o armazenamento temporário dos cadáveres dos animais no necrotório refrigerado, para posterior encaminhamento para eliminação em Unidade de Transformação de Subprodutos de Origem Animal.                                                            | Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos                     |
| 7. Garantir o cumprimento do PGE (Anexo C, Volume 2) e das regras definidas no Código de Boas Práticas Agrícolas.                                                                                                                                                  | Recursos Hídricos, Solos e Resíduos                       |
| 8. implementar medidas adequadas à proteção dos recursos hídricos retidos nas albufeiras utilizadas para captação, de modo a que não haja poluição química ou microbiológica da água a explorar, por águas de pior qualidade ou outras fontes poluentes.           | Recursos Hídricos, Solos e Resíduos                       |
| 9. Manter em funcionamento um adequado sistema de gestão de resíduos que permita o seu correto armazenamento e encaminhamento para destino final adequado, evitando a contaminação, não só dos recursos hídricos, mas também dos solos.                            | Solos, Uso do Solo, Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos |
| 10. Continuar a promover a sensibilização/formação dos utilizadores finais de estrume através do fornecimento de informações das boas práticas para aplicação/espalhamento do estrume em solos agrícolas.                                                          | Solos, Gestão de Resíduos                                 |
| 11. Preenchimento adequado das e-GAR, na plataforma SILIAMB.                                                                                                                                                                                                       | Gestão de Resíduos                                        |
| 12. Acondicionar todos os resíduos produzidos em contentores próprios, tendo em conta a sua tipologia e em locais impermeabilizados.                                                                                                                               | Gestão de Resíduos                                        |
| 13. Proceder, quando detetado derrames de materiais contaminantes e/ou poluentes no solo, à sua recolha imediata, ao acondicionamento em sítio coberto e impermeabilizado e ao envio para tratamento por empresa licenciada.                                       | Gestão de Resíduos e qualidade da água                    |
| 14. Continuar a garantir a circulação de veículos pesados deve efetuar-se em período diurno.                                                                                                                                                                       | Ruído, Saúde Humana, Componente Social                    |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| <p>15. Continuar a garantir o cumprimento das seguintes medidas já implementadas na instalação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção do Plano Sanitário e Profilático definido pelo médico veterinário responsável;</li> <li>• Vigilância sanitária permanente dos efetivos pecuários;</li> <li>• Limpeza e desinfecção periódica das instalações e equipamentos;</li> <li>• Controlo rigoroso dos acessos à exploração e dos movimentos de animais, pessoas e veículos;</li> <li>• Gestão adequada dos efluentes pecuários e dos resíduos produzidos;</li> <li>• Remoção célere dos cadáveres animais através de operador autorizado;</li> <li>• Implementação de programas permanentes de desratização, desinsetização e controlo de pragas;</li> <li>• Armazenamento adequado dos alimentos destinados aos animais, evitando a atração de vetores;</li> <li>• Manutenção das áreas envolventes livres de resíduos e focos potenciais de proliferação de insetos e roedores;</li> <li>• Formação periódica dos trabalhadores em matérias de higiene, biossegurança e prevenção de doenças transmissíveis.</li> </ul> | Saúde Humana                           |
| <p>16. Assegurar a manutenção e revisão periódica dos equipamentos de ventilação e refrigeração, por forma a evitar situações anómalas de emissão de ruído.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Ruído, Saúde Humana, Componente Social |
| <p>17. Assegurar a conservação dos cobertos vegetais, que funcionem como cortinas de limitação de dispersão de poeiras, poluentes e de ruídos e como melhoria da qualidade visual.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Ecologia, Condicionantes, Paisagem     |

## 10 PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

No EIA propõe-se a implementação do Programa de Monitorização dos Recursos Hídricos Subterrâneos para a fase de exploração.

## 11 CONCLUSÕES

A análise desenvolvida no presente Estudo de Impacte Ambiental permitiu caracterizar os principais fatores de notório interesse ambiental face ao objeto em estudo, tendo sido avaliados os impactes verificados na fase de construção da ampliação e de exploração.

Para cada descritor ambiental em que se aferiu a ocorrência de impactes negativos ou a sua possibilidade, foi indicado um conjunto de medidas de minimização consideradas adequadas e ajustadas ao presente projeto.

A Exploração Pecuária de Monte Ruivo encontra-se em pleno funcionamento e dedica-se ao sistema de exploração intensivo de recria e engorda de suínos. A análise de impactes incidiu sobre a fase de construção das instalações da ampliação da atividade assim como sobre a fase de exploração respeitante à maior capacidade da instalação. Da avaliação efetuada no presente estudo, refere-se que na generalidade dos descritores ambientais, os impactes negativos resultantes da exploração da pecuária, são pouco significativos e quase sempre minimizáveis,

Conclui-se assim que apesar dos impactes negativos identificados, considera-se que os mesmos não serão inibidores da viabilidade do Projeto de ampliação da Exploração Pecuária – Monte Ruivo, dada a

pouca relevância dos impactes negativos identificados e dada a importância das situações positivas que apoiam a viabilização da instalação.





- LEGENDA:**
- Acesso à exploração
  - Caminho
  - Edifícios e Equipamentos Existentes**
    - Pavilhão de engorda
    - Pavilhão de recria
    - Outros Equipamentos
    - Lagoas
    - Painéis Fotovoltaicos
  - Edifícios e equipamentos previstos**
    - Pavilhão de engorda (construídos a ocupar)
    - Pavilhão de engorda (a construir)
    - Outros Equipamentos

| Nº | DESIGNAÇÃO                      |
|----|---------------------------------|
| 1  | BALNEÁRIOS / ARRUMOS            |
| 2  | PAVILHÃO DE RECRIA              |
| 3  | PAVILHÃO DE ENGORDA             |
| 4  | ENFERMARIA                      |
| 5  | ARMAZÉM DE TAMISADOS            |
| 6  | TANQUE DE RETENÇÃO DE EFLUENTES |
| 7  | LAGOAS                          |
| 8  | DEPÓSITO DE ÁGUA                |
| 9  | ARCO DE DESINFECÇÃO             |
| 10 | BÁSCULA                         |
| 11 | POSTO DE TRANSFORMAÇÃO (PT)     |
| 12 | CAIS DE EMBARQUE                |
| 13 | SILOS                           |
| 14 | PARQUE DE ESTACIONAMENTO        |
| 15 | PAINÉIS FOTOVOLTAICOS           |
| 16 | NECROTÉRIO                      |

Escalas

1:2 000

02550 m

Escala de Base: 1:25 000

Sistema de Coordenadas: PT-TM06/ETRS 89 (EPSG: 3763)

fontembro

A crescer consigo

Ecophysis Ambiente

AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA

MONTE RUIVO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Título

Implantação do Projeto

Desenho

02

Versão

0

Folha

1/1

Data

JUL 2025